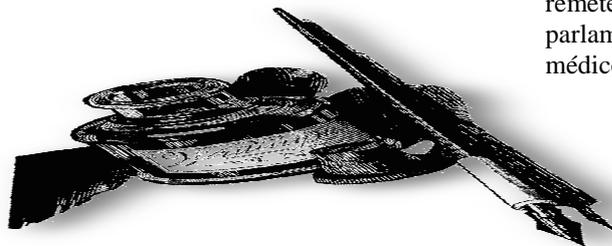


# A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado<sup>1</sup>

## *The mediation of memory in the transit of time in Dyonélio Machado*



### **Mauro Gaglietti**

Doutor em História (PUCRS). Professor do Curso de Direito da URI. Pesquisador e professor no Programa de Pós-Graduação em Direito (URI). Professor e Pesquisador na Faculdade Meridional (IMED).

maurogaglietti@bol.com.br

Recebido para publicação em novembro de 2011.  
Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

### **Resumo**

Examinam-se, em primeiro lugar, alguns traços da biografia de Dyonélio Machado com o propósito de verificar, posteriormente, os possíveis nexos existentes entre sua trajetória de vida e as suas memórias. Neste trabalho, a abordagem do material biográfico pauta-se pela rejeição à interpretação unívoca da trajetória individual. Para tanto, a leitura do texto biográfico é mediada pela - ou confrontada com - autobiografia do autor, por fontes documentais, em particular os anais do parlamento, e pela bibliografia teórica selecionada. Aqui, o conhecimento não resulta da mera descrição objetiva, mas de um processo de comunicação entre personagens e de uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto. A mudança é precisamente constituída pelas inter-relações infinitas. Num segundo momento, posteriormente à interpretação da biografia de Dyonélio Machado, são examinados os fragmentos de Memórias de um pobre homem, texto autobiográfico do autor que remete, de modo especial, à sua experiência parlamentar e à sua atuação como escritor e médico.

**Palavras-chave:** Memórias; biografias; mediação.

### **Abstract**

Examine, firstly, some traces of the biography of Dyonelio Machado for the purpose of verifying, later, the possible links between his life history and his memories. In this paper, the approach of the biographical material is guided by the rejection of univocal interpretation of the individual trajectory. To this end, the biographical reading of the text is mediated by - or faced with - the autobiography of the author, documentary sources, particularly the proceedings of the parliament, and the selected theoretical literature. Here, knowledge is not the result of simple objective description, but a process of communication between characters and an ongoing and reciprocal relationship between biography and context. The change is precisely constituted by the endless interrelationships. Secondly, after the interpretation of the biography of Dyonelio Machado, the fragments of memories of a poor man are examined, the author's autobiographical text which refers, in particular, to its parliamentary experience and his role as writer and physician.

**Keywords:** Memories; biographies; mediation.

### **Considerações iniciais**

No processo de descrição dos atos históricos busca-se, em geral, um tipo específico de racionalidade. Na verdade, o historiador, em geral, recorre a paradigmas que supõem atores históricos informados e conscientes, considerando, por convenção e facilidade, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, que leva em conta ganhos e perdas. Tais esquemas conduzem, pois, à construção de um ser humano inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas ou hesitações. A maior parte das biografias assume essa feição, identificando, deliberada e explicitamente, as representações individuais às representações coletivas, como se a gênese de ambas fosse semelhante. Desse modo, privilegia-se a importância do grupo e subestimam-se os problemas de sua constituição, assim como a apreciação de sua solidez, de sua durabilidade, de sua amplitude. Consequentemente esvazia-se a questão da relação entre indivíduo e grupo.

Assim, é comum os historiadores conceberem que todo sistema normativo, ainda que sofra transformações ao longo

do tempo, num dado momento se torna totalmente coerente, transparente e estável. Essa ideia leva a indagar sobre a verdadeira possibilidade da liberdade de escolha individual. Nesses termos, tendo-se em mente essa questão e a noção de que todo trabalho historiográfico constitui-se, sobretudo, num problema de escala e de ponto de vista, cabe ressaltar que a ênfase deste texto recai sobre o percurso da personagem Dyonélio Machado, e não sobre a totalidade de uma situação social. Desse modo, a atenção ao percurso individual desse intelectual é que permitirá interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere. Aqui se examinam, em primeiro lugar, alguns traços da biografia de Dyonélio Machado com o propósito de verificar, posteriormente, os possíveis nexos existentes entre sua trajetória de vida e os pronunciamentos que realizou na Assembleia Estadual Constituinte. Recorre-se, assim, à biografia que pode ser chamada de modal: a de um indivíduo bem particular que, embora concentre todas as características de um grupo de intelectuais de uma época, mantém uma marca própria. Dessa forma, a biografia do indivíduo mantém a sua especificidade, ao mesmo tempo em que o período, o meio e a ambiência também são muito

valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade dessa trajetória. Portanto, não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipo, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as tornou possíveis. Além disso, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações entre o biografado e outras pessoas cujas vidas apresentam alguma analogia com a sua. Nesse sentido, o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por intermédio de suas margens, focalizando casos como o do protagonista mencionado, no caso o escritor e médico Dyonélio Machado.

Então, neste trabalho, a abordagem do material biográfico pauta-se pela rejeição à interpretação unívoca da trajetória individual. Para tanto, a leitura do texto biográfico é mediada pela - ou confrontada com - a autobiografia do autor, por fontes documentais, em particular os anais do parlamento, e pela bibliografia teórica selecionada. Aqui, o conhecimento não resulta da mera descrição objetiva, mas de um processo de comunicação entre personagens<sup>2</sup> e de uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto. A mudança é

precisamente constituída pelas inter-relações infinitas. Evita-se, portanto, abordar a realidade histórica tomando como base um esquema unilateral de ações e reações; mostra-se, ao contrário, que a divisão desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja sempre deixa alguma margem de manobra para os “dominados”, que lhes permite impor aos “dominantes” mudanças nada desprezíveis. Em síntese, a análise reconhece, previamente, a existência irreduzível de certa liberdade do indivíduo *vis-à-vis* as formas rígidas e a reprodução das estruturas de dominação.

Num segundo momento, posteriormente à interpretação da biografia de Dyonélio Machado, são examinados os fragmentos de *Memórias de um pobre homem*, texto autobiográfico do autor que remete, de modo especial, à sua experiência parlamentar e à sua atuação como escritor e médico. Nesse caso, o estudo das memórias é um ponto de partida para se indicar a presença de uma ausência, na medida em que tais lembranças permanecem ligando o que há de mais fundamental nesse difícil diálogo entre o passado e o presente. As memórias do autor têm como protagonista um ausente, cujo ato só pode ser atestado se for objeto de interrogação de seu outro, o

narrador. Desse modo, leva-se em consideração que a memória vive de acreditar, dos possíveis e de “esperá-los, vigilante, à espreita”. Em terceiro lugar, analisam-se os lugares em que se situa a fala de Dyonélio Machado nos discursos que profere no âmbito da Assembleia Constituinte, identificando as estratégias políticas do parlamentar, que recorre, direta ou indiretamente, a uma série de aspectos relacionados à medicina, à sua condição de escritor, à militância comunista e aos conflitos, expressos na sua atividade intelectual, com a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB).

### **Aprisionamento no horizonte aberto**

A biografia de Dyonélio Machado evidencia os laços entre passado e presente, entre memória e projeto político, indivíduo e sociedade; permite que se experimente o tempo como prova de vida<sup>3</sup>, além de mostrar que a trajetória desse intelectual foi constituída por uma cultura de fronteira. Essa cultura - que avulta por meio da plasticidade, presente tanto nos textos do autor, como em sua fala no parlamento – expressam-se, sobretudo, numa temporalidade relativa, na medida em que constrói o escritor como sujeito num espaço híbrido.

A fronteira parece não se restringir à forma de limite - muito embora a sua percepção como limite efetivo nem sempre seja óbvia -, pois persiste justamente no interior do próprio sujeito, que, assim, passa a ser demarcado. Considera-se, assim, que a fronteira, incrustada de diversas formas na vida de Dyonélio Machado, informou, com efeito, seu modo complexo de pensar. O problema da mobilidade e, principalmente, da invisibilidade do poder – com o qual se depara o autor - reside como que subsumido na noção de fronteira. Desse modo, reconhece-se que o verdadeiro desafio ao conceito de fronteira, ao contrário do que poderia parecer, é representado muito menos pela transgressão do que por uma demarcação, que delimite o local de onde fala o poder, conferindo-lhe visibilidade.

A fronteira, mesmo sendo um fator de complexificação histórica, pode não agir sobre o real como garantia de metamorfose social. Na verdade, persiste na fronteira uma dimensão de resistência à “metamorfose”, cuja expressão é o inusitado “conservadorismo”, que o nível sócio-histórico da análise é capaz de surpreender. Ao mesmo tempo, essa condição fronteira pode propiciar a abertura de um campo de possibilidades,

como que forjando a emergência do novo. As fronteiras, enquanto margens, não funcionam apenas como o contrário dos centros; são também a reserva destes, quando não a sua outra natureza.

As fronteiras não remetem somente para os contornos do que se demarca ou para aquilo que, pelo ato da demarcação, ganha estatuto excêntrico ou alienígena. Qualquer demarcação, na medida em que se faz a partir de um interior que se quer ver demarcado, remete, com naturalidade, para esse invólucro que é a entidade patrocinadora da ativação dos limites. Se for certo que os elementos de instabilidade e de ambiguidade existem, em qualquer fronteira, de modo latente, vigorando nela em potência, então, não é forçosa, e menos ainda constante, a sua manifestação. Como latentes que são, alguns desses elementos de instabilidade oferecem-se, evidentemente, a tentativas de ativação. Entretanto, em virtude de sua latência, não podem ser tomados como uma essência da fronteira, que se antecipasse, de modo inerente, à contextualização proporcionada a essa mesma fronteira pelos respectivos quadros históricos.

Por fim, a fronteira, como qualquer elemento de separação, e, mais ainda, a fronteira política, é um mecanismo que separa virando-se para o interior de si

mesmo, não para fora. Nesses termos, o trabalho de diferenciação sobre o outro é sempre, simultaneamente, parte integrante do processo de identificação no interior de si. Sugere-se que o fenômeno fronteiro ocorre, também, longe da órbita dessa linha que é a sua imagem de marca, ou que a fronteira começa por ser, a rigor, aquilo que a prenuncia. Esses “contextos invisíveis” são, justamente, o que merece ser estudado, isto é, aquilo a que importa devolver a respectiva visibilidade.

Ao final do século XIX, mais precisamente a 21 de agosto de 1895 - dois dias antes de acabar a Revolução Federalista -, Dyonélio Tubino Machado<sup>4</sup> nasceu em Quaraí, município do Rio Grande do Sul situado na região da Campanha, na fronteira com o Uruguai. O intelectual veio a falecer a 19 de junho de 1985, tendo presenciado, durante quase um século, os fenômenos que marcaram a vida social do estado e do País. Procedente de uma família sem patrimônio material, Dyonélio era filho de Sílvio Rodrigues Machado, agente aduaneiro, e de Elvira Tubino Machado, dona de casa.

Quando tinha sete anos, o pai foi assassinado a facadas, num episódio pouco esclarecido. Um ano depois, o menino escreveria seus primeiros versos - “As calças do Barbadão”. No poema,

relata um fato que permanecera em suas lembranças: dona Elvira havia reformado umas bombachas muito largas, que ele deveria vestir para ir à escola e que o envergonhavam, mas que, por respeito à mãe, não podia rejeitar. No ano seguinte, 1903, já trabalhava vendendo bilhetes de loteria, a fim de ajudar a família a pagar os estudos para ele e para seu irmão na Escola de Aurélio Porto. Aí ocupou a função de monitor de turmas que demonstravam dificuldade no aprendizado. Aos 12 anos, foi servente no jornal O Quarai, semanário da cidade. Depois, foi, também, balconista na livraria de um parente, João Antônio Dias. Da mãe sabe-se que, tendo ficado viúva muito cedo, criou os filhos num ambiente de extrema disciplina e, ao mesmo tempo, com liberdade.

Dyonélio Machado<sup>5</sup> dá muita importância ao espaço de fronteira<sup>6</sup>, destacando aquilo que caracteriza esse território, a língua, a alimentação e as condições climáticas. O clima, alerta, não é um fator que se deva menosprezar, “quanto mais não seja no que se refere ao vento frio do sudoeste - o minuano - que enche de frieiras todos os dedos do corpo e, em compensação e por misteriosa alquimia, enrijece a gente contra os demais frios...”. O intelectual constata que

sua vida fora marcada pelo signo da solidão e afirma que concorreu para isso, o vazio existencial proporcionado por fatores de lugar e de tempo. Ele crescera envolto pela solidão do pampa, aspecto que, em sua opinião, impulsionara sua imaginação. Sempre que se refere ao gaúcho da fronteira mostra que a vida social deste era muito limitada:

O gaúcho, aquela vida segregada na estância, com um convívio muito limitado, aquilo leva às fantasias, aos sonhos, ao conto, à história... De muito cedo, a gente está neste mundo de ficção. Eu penso que foi isso que me levou. Minha cidade, Quarai, é um lugarejo de três mil habitantes. Era aquela solidão numa savana, uma casa a léguas de distância da outra, naquele campo. Aquela solidão leva ao sonho, tem que se conviver com alguma realidade e a realidade que está mais à mão é o sonho, é a ficção [...].<sup>7</sup>

Em Quarai, os anos não passavam. O escritor narra a sensação que tomava conta dele: a de que “pareciam haver afivelado aos pés um pedômetro, regulado para a imobilidade”. Descreve, meticulosamente, a existência nesse lugar de uma espécie de “claustrofobia às avessas”, experimentada pelo gaúcho que vivia na fronteira, na medida em que aquilo que o oprimia era o espaço sem limite, capaz de provocar a penosa impressão de encarceramento, característica de um local exíguo e fechado:

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

Lá no pampa, o que nos cerca e aprisiona é o infinito, a falta de horizonte próximo, que marque uma etapa, como quem diz: uma finalidade... A ansiedade porém é a mesma. - Aí a vida, que é movimento, não nos vem, nem do tempo, que não marcha, nem do espaço, que não muda (...) Pois outra coisa não é o lugar senão uma planura aparentemente em abandono, - como se sobre ela recaísse a maldição que pesa sobre os terrenos salgadiços. Rica no seu tapete vegetal onde os rebanhos pascem, mas parcimoniosa, senão estéril, na oferta dessas cambiantes que só esse outro rebanho - o humano - é capaz de proporcionar. (...) A solidão condiciona a hospitalidade. Todo forasteiro é bem-vindo à nossa casa. Mesmo o mascate, com as impertinências próprias de quem quer vender. Porque trazem notícias - que é o mesmo que trazer gente vivendo<sup>8</sup>.

No final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Quaraí - onde Dyonélio passou os primeiros dezesseis anos de sua vida - caracterizava-se por ser uma cidade de fronteira com um grande movimento de importação e exportação. Toda a sua produção tinha vazão para o Uruguai, pois o transporte 76 de charque para o Nordeste brasileiro passava por dentro do país vizinho, o que dava margem a várias formas de ações ilícitas, como o contrabando, por exemplo.

De acordo com Moysés Vellinho<sup>9</sup>:

Quaraí é uma cidadezinha melancólica, há muito perdida no meio do campo, entre mansos coxilhões. Noutro tempo, no tempo do contrabando graúdo, dizem que houve ali intensa atividade. Um sófrego vaivém através do rio permitia que naquele modesto burgo pastoril se ganhasse dinheiro com a mesma facilidade com que se perdia a vida (...). Quaraí seria um lugar que os homens esqueceram e acabara por se afeiçoar insensivelmente à vida que ali se arrasta. Há

muita riqueza enchendo os campos, mas dos campos não sai nada para a cidade<sup>10</sup>.

Vellinho descreve a cidade rigorosamente disposta em xadrez, com ruas amplas e vazias - entre largas casas “acaçapadas” -, que mergulham num imenso silêncio, um silêncio que nem o rio perturba, “a arrastar-se sem marulho por entre barrancos carcomidos”. O ilustre visitante olha a cidade e a intensidade da luz o cega, pois há um sol que se derrama sobre todas as coisas, vindo das casas, e invade tudo um velho ar anônimo de intimidade e de agasalho, “que o forasteiro respira cheio de confiança”. Moysés Vellinho parece seguir a trilha de Gilberto Freyre<sup>95</sup>, ao descrever os janelões dos sobrados:

à flor das calçadas, parece que estão dizendo aos que passam, conhecidos ou desconhecidos:

- Entrem. Entrem que a água está chiando para o chimarrão. Que nos contam de novo? No centro da cidade rasa e quieta, a casaria arreda-se duas vezes, em generosos movimentos, para dar lugar a duas enormes praças onde as casuarinas, gemendo da manhã à noite, como que aguçam o silêncio reinante. Para os lados do cemitério - duas, três léguas além - fechado no segrêdo de sua lenda, empina-se o Jarau, solitário, quebrando a linha trêmula do horizonte. E por cima de tudo, numa claridade muito alta, o céu se encurva sôbre as distâncias, apertando num mesmo abraço tôdas as coxilhas<sup>11</sup>.

Possivelmente, desse ambiente que envolveu sua infância, Dyonélio Machado

carregou, por toda a vida, uma melancolia que traduziu “com certo ar de reserva e aspereza, sem a humildade dos que não sentem o pudor de suas penas e ressentimentos”<sup>12</sup>. Chamou a atenção de Moysés Vellinho, no escritor que acabava de aparecer, foi, sobretudo, um traço que mais tarde haveria de se acentuar consideravelmente:

a preocupação de salientar o homem não na sua caracterização regional, mas na sua expressão permanente. Era uma tendência realizada com modéstia, sem dúvida, mas bastante significativa como reação ao sentido localista que então ainda prevalecia na ficção rio-grandense. A nota psicológica entrava a ganhar terreno sobre as receitas já gastas de um regionalismo que raramente ia além do pitoresco (...). Não mais a exaltação dos heróis estereotipados, quase vazios de substância humana, com os quais tantas vezes a literatura local, mas velando certa inspiração política, buscava reativar virtudes e sentimentos que julgava extintos ou moribundos. Agora, sob o olho de Dyonélio Machado, os heróis perdem as dimensões da legenda, contraem-se, encolhem-se, para descer às murchas proporções dessas pequenas vidas que despertam cada dia de seus pesadelos anônimos e vêm repetidas ou agravadas, debaixo do mesmo sol sem calor, as misérias e atribulações de sempre<sup>13</sup>.

Dyonélio nasceu no momento em que o Rio Grande do Sul, além de sofrer o impacto das ideias positivistas, da proclamação da República, das mudanças econômicas resultantes da abolição da escravatura e da ascensão industrial, era marcado pelos sinais do final da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista. Pelo poder oligárquico no Estado, lutaram chimangos e maragatos durante trinta

meses. Os pecuaristas, integrantes das oligarquias rurais, comandavam a política regional. Depois da instauração da República, entre 1893 e 1895, travou-se cruenta luta entre as facções oligárquicas pelo comando do Estado, à qual se deu o nome de Revolução Federalista. Os republicanos – chimangos – estavam agrupados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e os liberais – maragatos –, no Partido Federalista.

Desde cedo, antes da sua ida para Porto Alegre, em plena juventude, Dyonélio descobriu a leitura<sup>14</sup>. O prazer da leitura foi um grande achado na vida daquele menino que nascera em um “berço de guerreiros”. Provavelmente, a sua condição de ouvinte contribuiu para transformá-lo em leitor: os causos de façanhas heroicas que escutava no cenário da Campanha misturavam história e ficção. O que representou para ele algo de muito valor. A imensidão do pampa abria as portas da sua percepção, a qual enquadrava sua cidade num imenso livro que se abria toda vez que uma história era narrada.

Nos arredores de sua cidade natal, havia uma singular prisão a céu aberto, cavada na própria coxilha. Ali, corre a lenda, as degolas eram frequentes, fato que no início do século XX havia sido

denunciado, inclusive, por Ruy Barbosa. Era o Cati, sob o comando da figura mítica do general castilhista João Francisco Pereira de Souza. Esse general, conhecido como "Hiena do Cati", fora encarregado pelo governo republicano de "limpar a área" de liberais maragatos. A lembrança do Cati, mais tarde, deu ao escritor o pano de fundo para a criação do romance *O louco do Cati*<sup>15</sup>. Ele crescera ouvindo os "causos" e horrores da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista, relatados por ex-revolucionários ou por populares nas rodas de chimarrão, durante as frias noites da Campanha gaúcha.

Dos relatos campeiros e guerreiros, passando pelos contos de fadas, da carochinha e pelas fábulas, Dyonélio chegou ao conhecimento de Amado Nervo, Balzac, João do Rio, João Francisco de Lisboa, Macaulay, Mantegazza, Auguste Rodin, Edmond Rostand, Eça de Queirós, leituras feitas na juventude. Na época, a circulação do livro era lenta e restrita, e os autores mais destacados eram editados no exterior, mas a vizinhança com o Uruguai, país culturalmente avançado, favorecia-lhe o acesso a publicações europeias. Ainda assim, a imprensa era a fonte de leitura de mais fácil obtenção, e o jornalismo e a literatura confundiam-se. Interessado por

esses gêneros, Dyonélio participou, aos 16 anos, da fundação do jornal *O Martelo*, em Quarai.

Ao que parece, em sua pequena cidade, o futuro escritor adquiriu a certeza no poder humano de criar realidades. A pequena cidade, contudo, só lhe oferecia o curso primário, e a apurada curiosidade intelectual do jovem exigia mais, razão por que optou por Porto Alegre, onde passou a estudar em 1912. Sua ida para a Capital e, logo a seguir, o ingresso numa república de estudantes<sup>16</sup> proporcionou-lhe uma intensa vida literária. Entrou em contato com um grupo de universitários - do qual participava, entre outros, Alceu Wamosy - que passavam os dias lendo e escrevendo. Eles tinham preferência pela leitura de Baudelaire, Verlaine, Laforgue, Cruz e Sousa, Gonzaga Duque, Eça de Queirós, Flaubert, Maupassant, entre outros escritores.

No fervilhar da I Guerra Mundial, iniciada em 1914, Dyonélio voltou à sua cidade natal<sup>17</sup>, onde atuou como professor, no Colégio Municipal, e como jornalista. Em 1915, fazia crônicas para jornais - *A Gazeta de Alegrete*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* - e revistas - *Kodak*, *A Máscara* e *Horizonte*. Foi aprovado, em 1921, no concurso para a Secretaria de Obras Públicas na gestão

do governo Borges de Medeiros e, esse mesmo ano, dirigiu, com Theóphilo de Barros e De Sousa Júnior, o jornal *A Informação*<sup>18</sup>. Depois, embora houvessem pensado na fundação de uma revista de política e arte, criaram, em 1922, o jornal *O Farrapo*, do mesmo grupo editorial de *A Informação*. Dyonélio encarava seu envolvimento com a política como uma obrigação familiar, na medida em que os seus antepassados da linha materna sempre tinham sido ligados à agremiação política que merecera a sua predileção, no caso, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Ele fora muito amigo do governador Borges de Medeiros, de Protásio Alves e de toda a cúpula do PRR<sup>19</sup>, além de ser parente do senador Francisco Flores da Cunha (irmão de José Antônio Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, no período do Estado Novo).

Em virtude de todos esses vínculos, o futuro parlamentar sempre se considerou “um político” e, no seu entendimento, o PRR ia ao encontro da maior parte de aspirações populares da época porque sua ideologia positivista era uma espécie de “socialismo estatal”. Como exemplos dessa intervenção estatal por parte do PRR, ele não se esquece de mencionar a estatização da Viação Férrea, “caso raro

no Brasil”, e as tentativas de implantar um imposto progressivo sobre a terra, buscando, “utopicamente distribuir o latifúndio”<sup>20</sup>.

Além disso, considerava que as reivindicações por liberdade na gestão do PRR não tinham sentido, pois poucas vezes teria existido tanta liberdade de expressão, de opinião, de livre trânsito, como “no tempo do doutor Borges de Medeiros”. Com o intuito de comprovar a existência de um clima de ampla liberdade nessa época, o intelectual menciona, num depoimento a Marco Túlio de Rose (1975, p. 38-39), o fato de Borges de Medeiros haver recorrido ao Poder Judiciário “para fazer calar um jornal que apresentava, da forma mais abjeta, calúnias contra seus familiares”, ao invés de ter-se utilizado de formas de violência comumente empregadas nos demais estados do País em situações similares.

O recurso ao Poder Judiciário é interpretado por Dyonélio como um diferencial em relação as outras unidades da federação. No Rio Grande do Sul, conforme pretende demonstrar, o governo tolerava a crítica, valendo-se, via de regra, de mecanismos constitucionais em defesa de seus interesses. Se nos demais estados as questões sociais e a oposição aos governos eram tratados como “caso de

polícia”, no extremo sul do país estaria vigorando um tipo particular de exercício da liberdade política.

Apaixonado pela política, em 1923, o intelectual publicou seu primeiro livro, *Política contemporânea*. Nesse mesmo ano, de grandes agitações políticas, ingressou na Faculdade de Medicina, tendo concluído o curso em 1929. Antes disso, porém, quando ainda frequentava o quinto ano de medicina, fez concurso e foi nomeado para o Hospital São Pedro, em Porto Alegre, onde trabalhou por trinta anos, como psiquiatra, chegando a ser o diretor da Instituição durante certo período. A especialização em Neuropsiquiatria foi feita no Rio de Janeiro, em 1930 e 1931, com o professor Antônio Austregésilo e Odilon Galotti. Dyonélio foi, também, membro da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro e chefe da Clínica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Desempenhou a função de: Assistente extranumerário da Clínica Neurológica do Rio de Janeiro, sendo em 1943 médico chefe da divisão do Hospital São Pedro de Porto Alegre<sup>21</sup>. Os estudos, no entanto, não o impediram de continuar escrevendo: redigiu vários contos, depois publicados em jornais e revistas e, mais

tarde, reunidos, em maioria, no primeiro livro de ficção de sua autoria.

Nos registros pessoais da época, Dyonélio Machado não faz referência aos movimentos estético-literários da vanguarda modernista, que vinham se desenvolvendo na Europa e cujos princípios, trazidos ao Brasil por Graça Aranha, irromperam com força total em São Paulo, durante a Semana de Arte Moderna, em 1922. Dois meses depois da realização da Semana, um grupo de intelectuais e operários fundou o Partido Comunista do Brasil (PCB), cindindo o bloco anarco-sindicalista no qual se agrupavam as esquerdas brasileiras. As revoluções de 1923 e 1924, a histórica marcha dos dois mil revolucionários da Coluna Prestes, entre 1924 e 1926, e, finalmente, a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930, foram costurando, aos poucos, a trajetória política e literária do intelectual, enquanto ele colaborava em revistas e jornais, com crônicas, artigos políticos e ensaios, assinados muitas vezes com pseudônimo.

Nesse período, mais precisamente entre 14 de outubro e 12 de novembro de 1926, escreveu um romance, *O estadista*, sua primeira incursão no gênero e que permaneceu inédito até 1995, uma década após a sua morte. Foi em 1927, ano da

eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado do Rio Grande do Sul, que se deu a estreia pública de Dyonélio em obra de ficção. A Globo, de Porto Alegre, editou o livro de contos *Um pobre homem*, gênero que, mais tarde, ele viria a abandonar. Um dos contos que integravam o volume, "Noite no acampamento", trouxe-lhe problemas com a polícia política em 1942, quando da Segunda Guerra. Essa estreia no território da ficção, sua passagem de republicano a socialista, a prisão e os problemas que marcaram a sua vida literária, são detalhados pelo autor em suas *Memórias*.

Em 1930, o intelectual morou com a família para o Rio de Janeiro, onde fez especialização em Neurologia e Psiquiatria, visando à implantação desse ramo da medicina no Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, o escritor acompanhava o desenrolar dos acontecimentos políticos: as eleições, em que Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas, seguidas do golpe revolucionário que tornou o rio-grandense presidente da nação. De volta a Porto Alegre, continuou a clinicar no Hospital Psiquiátrico São Pedro e lecionou Neurologia e Psiquiatria, na Santa Casa de Misericórdia, publicando, no ano seguinte, a sua tese, intitulada *Uma definição biológica do*

crime. Quando concluiu a especialização em Psiquiatria, no início da década de 1930, havia poucos psiquiatras no Brasil. Destaca-se que, nesse período, Dyonélio foi um dos pioneiros<sup>22</sup> da introdução da Psicanálise no campo da psiquiatria no País, embora a houvesse exercido de uma maneira bastante eclética.

O intelectual, nas décadas de 1920 e 1930, voltara-se quase que exclusivamente à medicina. O pouco tempo de que dispunha nas horas em que não estava clinicando era reservado para a família e, sobretudo, à criação literária. O jornalismo político – exercido como uma forma de sustento e, ao mesmo tempo, de manter um vínculo com os poderes constituídos – satisfazia aos seus velhos sonhos de literatura. A dedicação à medicina, entretanto, teria repercussões na sua criação literária. O autor constata, inclusive, o fato de um grande número de médicos serem, também, escritores e explica esse fenômeno da seguinte forma:

Penso que, longe de se chocarem, a medicina e a literatura, em particular a de ficção, se conciliam admiravelmente. Ainda mais: exigindo vivências cada vez mais profundas por parte do artista, encontra no médico a sua fonte inexaurível, dada a natureza do material que ele profissionalmente manipula. Não quero dizer que transforme os seus casos em figuras de romance, mas, colocado no centro mesmo das correntes emocionais mais intensas – as que promanam da doença e da morte – ele está apto, em a Arte

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

ajudando a produzir também uma vida ou a criar uma outra natureza - que é todo o objetivo da Arte<sup>23</sup>.

O romance intitulado *Os ratos* veio em 1935. No Rio Grande do Sul, nessa época, as condições sociais da região da Campanha e as mudanças na economia agropecuária, com a expulsão do homem do campo para as cidades, afetaram a literatura, dando a nova tônica da ficção regionalista, que sepultou o "ufanismo gaúcho" e passou a contar os dramas do "gaúcho a pé". Foram, todavia, os influxos da cidade grande que afetaram o escritor oriundo da fronteira, um dos precursores da ficção urbana. O romance *Os ratos*, ambientado no universo citadino, foi escrito em vinte noites, a fim de que o seu autor pudesse participar de um concurso. Pelo livro recebeu, em 1935, o "Grande Prêmio do Romance Machado de Assis", dividido com João Alphonsus, Marques Rabelo e Érico Veríssimo. Quando o romance foi publicado, seu autor encontrava-se preso e incomunicável<sup>24</sup>.

Foi no período de intervenção de Cordeiro de Farias, no estado, que Dyonélio recebeu a anistia. Voltou a clinicar, tendo sido reintegrado ao cargo que ocupava no Hospital São Pedro. Aos poucos, retomou também as atividades literárias, e, em 1939, escreveu crítica literária para o *Correio do Povo*. Em 1941,

sofrendo de cardiopatia, acamado e ainda sob a sombra da prisão, revivida pelo clima da Segunda Guerra e da ditadura do Estado Novo, o escritor criou *O louco do Cati*, ditado para a esposa e a filha e, posteriormente, datilografado.

Em 1944, publicou, em Porto Alegre, o ensaio intitulado *Eletroencefalografia*, mas, para sua obra ficcional, teve de procurar editora em São Paulo. No mesmo ano, saiu o romance *Desolação*, que não mereceu qualquer atenção por parte da crítica. Em 1945, liderou o Manifesto do I Congresso Nacional de Escritores<sup>25</sup>, no qual se exigia a legalidade democrática. Ainda nesse ano, recebeu, pelo livro *Desolação*, o prêmio Felipe D'Oliveira, juntamente com Graciliano Ramos. Na mesma data, no mês de outubro, Vargas foi deposto e, em novembro, realizaram-se as eleições para a presidência da República e para o parlamento. Nesse pleito, Dyonélio foi eleito, como quarto suplente de deputado, à Assembleia Nacional Constituinte, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1946, editou o jornal *Tribuna Gaúcha* e publicou o romance *Passos perdidos*, dedicado “à memória de Mário de Andrade”, pela Editora Moderna, de São Paulo. A obra, assim como várias outras

de sua autoria, foi ignorada pela crítica, principalmente no Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1947, realizaram-se as eleições estaduais, para a escolha do governador e dos deputados constituintes. Walter Jobim (PSD) foi eleito governador do estado e Dyonélio Machado, deputado estadual constituinte, pelo PCB. Nesse mesmo ano, o PCB foi posto na ilegalidade pelo presidente da República, e os deputados comunistas Júlio Teixeira, Pinheiro Machado e Dyonélio Machado foram cassados, perdendo, assim, seus mandatos. Desse modo, o intelectual teve sua breve carreira parlamentar encerrada abruptamente. Essa expulsão do parlamento marcou muito sua vida, a ponto de merecer um capítulo em suas Memórias, no qual consta que a bancada gaúcha do PCB foi a última a ser cassada no Brasil. As lembranças do deputado relativas ao fato permitem, de certo modo, a aproximação do significado dos pronunciamentos que fez na tribuna em 1947.

### **Lembranças encobridoras em Dyonélio Machado**

O inconsciente, como fora examinado por S. Freud, não é redutível a imagens, não consiste em um tesouro de imagens, mas em uma série de marcas,

impressões que fixam determinados significantes. Assinala-se, nesses termos, que a análise do sonho, fundadora da psicanálise, bem mostra isso: o quanto a imagem onírica é construída pela linguagem, é pictograma. Mas não se trata tanto de imagem, no sonho, quanto de "texto" do sonho, texto manifesto duplicado pelo texto latente que a análise pressupõe e deve refazer. A imagem em psicanálise é, sobretudo, a lembrança encobridora: cena de grande acuidade visual, por vezes de forma demasiadamente visual e que encobre outra coisa. Cena que remete, portanto, a outra cena, "A Outra Cena" que na pluma de Freud é o inconsciente, cena fundante, mas irrecuperável como lembrança, e que, portanto, deve ser (re)construída. Assim como o nascimento da irmã de Freud, de que ele não se lembra em absoluto, mas guarda a lembrança muito nítida de dois pequenos episódios ocorridos na viagem de trem que fez com a família para essa ocasião<sup>26</sup>.

A lembrança encobridora nos ensina que uma cena esconde outra, mas sobretudo, que ela "põe em cena" significantes que engatam fantasias. Essa cena é uma "tela", portanto, que cobre a experiência traumática, mas faz ver, por meio de uma montagem complexa,

elementos que permitem o desdobramento de outras cenas, as cenas da fantasia. Na lembrança que Freud analisa em "Lembranças Encobridoras", é o amarelo das flores ("deflorar") e o gosto maravilhoso do pão ("ganha-pão") que permitem que se (re) engatem as fantasias que o analista reconstrói em sua análise. Essas duas imagens por excelência são significantes que ancoram uma encenação mítica da própria constituição do sujeito, ao mesmo tempo velando e deixando entrever o recalco.

Busca-se, além disso, outro aspecto para se examinar “o dever de memória” - que consiste na rememoração dos fatos, das provas e dos sofrimentos suportados, lembranças estas que o sujeito exorta seus contemporâneos a não esquecer -, verifica-se que a questão da memória dos ressentimentos tem suas particularidades<sup>27</sup>. Tanto a memória individual quanto as memórias coletivas são atravessadas pela tentação ao esquecimento e, ao mesmo tempo, à repetição, à revisão e, enfim, à reiteração. Na análise de Memórias de um pobre homem, constata-se que o passado não só vem à tona, misturando-se com as percepções imediatas, como também “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.

A memória aparece aí como força subjetiva, simultaneamente, profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. As lembranças estão vinculadas às percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”<sup>28</sup>. O passado, de certa forma, conserva-se inteiro e independente no espírito, e o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente. Toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. O papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é, sobretudo, o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente aquilo que não é a consciência atual, trazendo-o à luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o “outro”, ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra. É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória<sup>29</sup>.

Além disso, a percepção já está impregnada de lembranças, na medida em que se prolonga em ação nascente, porque as imagens, uma vez percebidas, fixam-se e alinham-se nessa memória, e os movimentos que as fazem prosseguir modificam o organismo; criam no corpo disposições novas para agir<sup>30</sup>. Toma-se consciência desses mecanismos (motores) no momento em que entram em jogo, e essa consciência de todo um passado de

esforços armazenado no presente é, ainda, uma memória, mas uma memória profundamente diferente da primeira, pois está sempre voltada para a ação, assentada no agora e considerando apenas o futuro. Nesses termos, cada imagem formada está mediada pela imagem, sempre presente, do corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade, constante, convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito. Esse presente contínuo se manifesta, geralmente, por movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o seu ambiente. Está estabelecido, desse modo, o nexa entre imagem do corpo e ação.

Nem sempre, entretanto, as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo, as suas ações. Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam, pelos nervos aferentes, à região central do cérebro, e desta voltam, pelos eferentes, à periferia do corpo. Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro aí permanece, “parando”, ou “durando”, tem-se não mais o esquema imagem-cérebro-ação, mas o esquema imagem-cérebro-representação. O primeiro

esquema é motor; o segundo é perceptivo<sup>31</sup>.

Inicialmente, a percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo; algo como um “vazio”, o qual se povoa de imagens que, quando, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência. Depois, o sistema nervoso central perde toda função produtora das percepções passando a assumir apenas o papel de um condutor, no esquema da ação, ou de um bloqueador, no esquema da consciência. Enfim, ação e representação estariam ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente, a ação; negativamente, a representação. Nas palavras de Bergson,

[...] o corpo, interposto entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos, e de transmiti-los, quando não os detém, a certos mecanismos motores, determinados se a ação é reflexa, escolhidos se a ação é voluntária<sup>32</sup>.

No caso da “parada”, em que o estímulo não determina a reação motora, abre-se possibilidade à indeterminação, graças à qual o pensamento “puro” é mais complexo e matizado do que a imagem resolvida imediatamente em ações. Bergson salienta:

A margem de independência de que dispõe um ser vivo, ou, como diríamos, a zona de

indeterminação que envolve a sua atividade permite, pois, avaliar, a priori o número que seja essa relação, qualquer que seja a natureza íntima da percepção, pode-se afirmar que a amplitude de percepção mede exatamente a indeterminação de ação consecutiva e, em conseqüência, enunciar esta lei. A percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo<sup>33</sup>.

Há, entretanto, o problema da passagem do tempo. Se for verdade que cada ato perceptual é um ato presente, uma relação atual do organismo com o ambiente, é também verdade que cada ato de percepção é um novo ato. Ora, se consiste num “novo” ato, supõe-se que antes dele teriam ocorrido outras experiências, outros movimentos, outros estados do psiquismo.

A lembrança “impregna” as representações. Assim, parte-se do pressuposto de que há uma conservação subliminar, subconsciente, de toda a vida psicológica já transcorrida. Esse afloramento do passado, ao se combinar com o processo corporal da percepção, assegura que aos dados imediatos e presentes dos sentidos misturem-se milhares de pormenores da experiência pregressa. Via de regra, essas lembranças deslocam as percepções reais, das quais se retêm apenas algumas indicações, meros “signos” destinados a evocar antigas imagens<sup>34</sup>.

Clifford Geertz<sup>35</sup> lança nova luz sobre a intrincada relação existente entre psicologia e cultura, na medida em que se volta para uma apreensão dos vínculos que se estabelecem entre as formas expressivas e os sentimentos, os quais estão ligados à cultura e retiram sua significação do lugar que ocupam na experiência de vida de pessoas particulares, em sociedades específicas<sup>36</sup>. O estudo desenvolvido pelo autor acerca dos sentimentos propicia uma reflexão sobre o funcionamento da memória. Em primeiro lugar, o antropólogo abandona a ideia de que o cérebro do homo sapiens é capaz de um funcionamento autônomo, apto a operar com eficácia como um sistema endogenamente acionado e independente do contexto. Em segundo lugar, assinala que, como o cérebro e a cultura evoluíram juntos, numa dependência recíproca para sua própria realização, tornou-se insustentável a concepção do funcionamento mental humano como um processo intracerebral intrinsecamente determinado, que seria ornamentado e ampliado, mas dificilmente gerado, por recursos culturais, tais como a linguagem, o rito e a tecnologia.

O cérebro, por estar no corpo, é a mente no mundo. Assim, o fato de o sentido ser um componente do pensamento

e, deste, ser um elemento da prática sugere que o caminho para uma melhor compreensão do biológico, do psicológico e do sociocultural não passa pela disposição desses itens numa espécie de hierarquia da cadeia do ser, que se estenderia do físico e do biológico até o social e o semiótico, com cada nível emergindo e dependendo do que lhe está mais abaixo. Tampouco passa pela ideia de que se deve tratá-los como realidades descontínuas e soberanas, como campos fechados e isolados, externamente ligados uns aos outros, por meio de forças, fatores, quantidades e causas vagas e acidentais. Constituindo uns aos outros, isto é, sendo reciprocamente construtivos, esses itens devem ser tratados como tais – como complementos, não como níveis; como aspectos, não como entidades; como paisagens, não como domínios.

Por sua vez, António Damásio<sup>37</sup>, ao examinar o que chama de “o cérebro incorporado”, discorre sobre as interferências do sentimento na construção da vida humana, as quais se efetivam por meio da luta, da subjetividade, da personalidade e do destino das pessoas. De acordo com o pesquisador, os sentimentos permitem vislumbrar o organismo em plena atividade biológica, como um reflexo dos mecanismos da própria vida em

funcionamento. Não fosse pela possibilidade de sentir os estados corporais, não haveria, na condição humana, sofrimento ou êxtase, anseio ou misericórdia, tragédia ou glória, tampouco os sentidos.

Além disso, Jean Laplanche<sup>38</sup> indica que, para Freud, a memória deposita-se na forma de traços, de signos, em diversos sistemas que se assemelham a arquivos mnésicos. Esses traços são inscrições feitas desde os primeiros tempos de vida, as quais não se assemelham a percepções exatas, porém, correspondem a atributos e detalhes que dão indícios daquilo que foi vivido. De direito, todas as lembranças estariam inscritas, mas seu reaparecimento dependerá da maneira como serão investidas, desinvestidas e contra-investidas. Com base nos postulados de Laplanche - e, indiretamente, nas ideias de Freud -, é possível concluir, portanto, que a memória não se dá de forma pronta e completa, por meio de lembranças claras de cenas inteiras, que se fariam acompanhar de sentimentos nítidos e perfeitamente situados no – ou determinados pelo – contexto histórico. Um processo como o da memória constitui-se numa construção que é resultado de um trabalho psíquico.

As noções teóricas brevemente sintetizadas possibilitam o exame de alguns aspectos da trajetória de vida de Dyonélio Machado, empreendido por meio da análise de suas Memórias. Tais noções mostram que o intelecto humano não é, exatamente, uma luz pálida, à espera de uma nova e poderosa corroboração empírica. As emoções e os sentimentos ligados à experiência pregressa também condicionam a percepção e, por isso, não são meros intrusos no campo da razão; está, isto sim, entremeados nas redes do pensamento, sejam as consequências de tal imbricamento positivas ou negativas para o indivíduo.

### **A mediação da memória por intermédio das palavras**

É sintomático o fato de o autor iniciar o capítulo VIII de suas Memórias afirmando que tudo começara com uma “experiência pré-parlamentar”, que teria antecedido sua experiência parlamentar. Essa experiência pré-parlamentar consistia, nas palavras do escritor, no conhecimento prévio que levava consigo para o parlamento sobre a “natureza” da pequena-burguesia intelectual, que “sempre viveu fora da sua classe”, oscilando, constantemente, entre a burguesia e o proletariado e procurando, ao mesmo tempo, obter reconhecimento social:

Claro que diligencia por se evadir desse círculo, tão estreito e confinado como uma prisão. E vêmo-la então lançar-se no sonho. Tudo que se faz no domínio da ciência, da política e da arte especulativa é obra dela. - A obra da sublimação dialética da sua debilidade - mais propriamente: da sua incapacidade como classe<sup>39</sup>.

Ao falar da pequena-burguesia, o escritor refere-se a sua própria condição, o que permite compreender por que a cassação de seu mandato foi uma experiência tão traumática. Ser expulso desse espaço de atuação que era o parlamento significava, para ele, um “pequeno-burguês”, perder uma oportunidade de “sublimar”, por meio da política, a debilidade que lhe era peculiar, pois que inerente à classe a que pertencia. Essa interpretação dos fatos, oferecida pelo próprio autor em sua autobiografia, atesta que, visando à elaboração de tal decepção, ele buscou nas categorias da psicanálise, misturadas com uma leitura marxista da sociedade, uma explicação para a “amarga” experiência que vivera.

Analisar Memórias de um pobre homem é deparar-se, a todo momento, com o problema da memória, da dor de ser um pequeno-burguês e da resignificação, que estão presentes no depoimento do escritor. A necessidade e o ato de escrever ou, mesmo, de falar - o relato autobiográfico ou a criação da obra literária<sup>40</sup> - são formas de tentar elaborar conteúdos traumáticos profundos. Assim, as injunções de Dyonélio Machado, segundo as quais há um imperativo

categórico que advém do dever de narrar memórias e acontecimentos, sejam esses reais ou fantasiosos, ligam-se ao poder de recriar, por meio do relato, os eventos vividos e transformá-los; de mexer com os rastros que deixam dentro da mente. Esses traços e vestígios retornam e se impõem como uma necessidade que obriga o sujeito a falar, a verbalizá-los, outorgando-lhes sentido e simbolizando-os.

Essa mediação das memórias pela via da palavra e a própria linguagem empregada pelo escritor garantem um enraizamento social às lembranças pessoais. Desse modo, o autor cria o dispositivo de sua própria cura psicanalítica, ao projetar um leitor fictício que o autoriza a contar e o leva a forjar uma forma particular de intersubjetividade. Quanto à narração realizada pelo intelectual, vale dizer que é entremeada por outros relatos, estes de caráter histórico, que a precedem. Portanto, na autobiografia de Dyonélio, a memória pessoal está ancorada numa memória coletiva - configurando-se num tecido, ao mesmo tempo, privado e público -, e isso expressa sua preocupação da comunicação intergeracional. A emergência desse relato constitutivo de uma identidade pessoal “emaranhada nas histórias”<sup>41</sup> faz da memória do escritor uma memória partilhada.

A fim de examinar esse “trabalho de lembrança” realizado pelo intelectual, é preciso recorrer à tese de Freud<sup>42</sup>, segundo a

qual a cura analítica ocorre por meio de registros-telas, fontes de bloqueios, que conduzem à compulsão de repetição por parte do paciente. Este resiste, apegando-se a determinados sintomas, em virtude da existência de lembranças que se relacionam com o caráter ferido da memória, cujos mecanismos complexos recalcam os traumatismos sofridos e as lembranças muito dolorosas. Além disso, de acordo com Freud, esse trabalho de memória constitui-se, também, em “trabalho de luto”<sup>43</sup>. No caso de Dyonélio, o luto não é apenas aflição, mas também uma verdadeira negociação do sujeito que narra com aquele vivenciou a perda – tanto de um lugar no parlamento como de um espaço na história da literatura -, um lento e doloroso processo de assimilação e de desprendimento.

Verifica-se, além disso, que a elaboração, no que se refere ao escritor gaúcho, opera-se, inclusive, por intermédio da ficção, que oferece à memória novas possibilidades de simbolização. Ao que parece, ele resolve escrever *O louco do Cati*, em parte, porque a narração de caráter ficcional lhe permite esboçar ou transfigurar os conteúdos internos que se vê obrigado a revirar:

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. [...] Eu reagi contra a morte. O Louco do Cati tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem.... Utilizei minhas vivências neste período

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

(preso político de 1935 a 1937, abalado da prisão e escrevi o romance em 1941) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. [...] O Louco do Cati foi ditado [...]. Eu não queria dizer isso alto, sobretudo se houvesse um psiquiatra por perto: quando se está fazendo um livro, entra-se num verdadeiro delírio. Ou infantilismo. Põe-se o a personagem a falar, como as crianças fazem com as bonecas. Ainda bem que não se fala alto: se não seria a camisa de força<sup>44</sup>.

Essa fala exhibe o reconhecimento do infantil como tudo aquilo que, não tendo encontrado possibilidades de elaboração e de historização na vida psíquica<sup>45</sup>, está destinado a impor-se na forma imperiosa do desligado, da repetição e da exigência de trabalho psíquico. Alguma “coisa viva” fala dentro do autor, um personagem, uma parte de si mesmo, que está em íntima conexão com o sofrimento não dizível, um intraduzível delírio daqueles de falar baixo. Importa, aqui, a noção de ressignificação posterior. Conforme Laplanche<sup>46</sup>, esse conceito trata da temporalidade e da causalidade dos fatos psíquicos. Há experiências, impressões e traços mnésicos que são ulteriormente remodelados em virtude de experiências novas, do acesso a outro grau de desenvolvimento. Essa noção implica que um acontecimento tardio pode vir a conferir sentido a um evento anterior, até então não significado pelo sujeito, da mesma forma que vivências posteriores poderão reordenar e transformar o sentido de experiências antigas por meio de novos

arranjos e configurações do material psíquico.

Se um acontecimento histórico, em si, não se modifica, sua narração – especialmente se escutada por alguém interessado – faculta-lhe a aquisição de novos significados e de eficácia psíquica, na medida em que o situa em outro contexto. É isso o que ocorre por ocasião do relato intitulado *O louco do Cati*:

Para começar, eu estava prisioneiro: dessa vez prisioneiro da cama. Rodeado de colegas bondosos, prestativos, com um eletrocardiograma, que afinava pelo que eu sentia. Numa situação destas é muito fácil desesperar. Ou procurar [...] uma sublimação do mal. Optei por esta última. Decidi porém fazer, quanto à forma, um romance-revista. [...]  
Esse livro ajudou a me curar<sup>47</sup>.

Em situação confortável, amparado e acompanhado pelos amigos, o autor encontra condições para trabalhar a memória ferida. Sublimar o mal é a saída para salvar a vida; é, sobretudo, a busca da cura, que sobrevém apesar da demora:<sup>48</sup>

Mesmo meu ditado interrompia-se tão pronto eu dava mostras de sofrimento. [...] Assim, a tarefa demandou tempo, paciência, e um entusiasmo discreto quando se esboçou uma melhora, anunciadora dum restabelecimento da saúde<sup>49</sup>.

A elaboração e a cura são palavras-chave na vida de Dyonélio Machado, autor em cujo relato estão inscritas, de forma indelével, as marcas do ressentimento, que pode ser a expressão maior de um

sentimento problemático da modernidade<sup>50</sup>. O escritor parece transformar o próprio ressentimento numa construção simbólica e ideológica, num meio de forjar um repertório auto-representativo, feito de signos e imagens particularmente históricos, e fundado sobre a diferença ou sobre uma pseudodiferença<sup>51</sup>.

### Considerações Finais

O ressentimento seria, assim, parte da história dos ódios, dos fantasmas, das hostilidades, ou do não-lugar dos excluídos e das identidades recalcadas; sem dúvida, lugar de humilhação, que, porém, com frequência se apoia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa, cúmplice da humilhação imposta por repor sempre uma mesma imagem degradada. A vertente moderna do ressentimento, inspirada em Nietzsche, decorre, antes de tudo, de uma conceitualização do sentimento no contexto da modernidade. Essa conceitualização promove a transformação de algo negativo - uma falta ou um vício originários - em virtude, por meio de um ato do sujeito, que falsifica ou deforma figurativamente a imagem-alvo do ressentimento. Instaure-se, desse modo, a inversão dos valores em jogo como vingança simbólica<sup>52</sup>. Nesse sentido é que a memória voluntária do doutor Dyonélio Machado transforma-se em

estratégia de luta política e afirmação positiva de sua identidade. O ressentimento que o corrói se transmuta na recusa do esquecimento da exclusão humilhante, que o obriga a uma espécie de exílio psicológico, mas que faz da sua fraqueza e da marginalidade em que se encontra uma fonte de força e estímulo ao desafio<sup>53</sup>.

Na tentativa de interpretar a ação recíproca aludida pelo autor, é possível dizer que a forma por meio da qual o ser humano alivia, parcialmente, essa carga transportada por seus fantasmas, em retribuição ao auxílio que deles recebe, é desfazendo-se, em parte do peso que ele próprio carrega. Isso se concretiza quando o indivíduo confere vida a tais fantasmas no plano ficcional, transformando-os em personagens. Quem sabe Dyonélio, ao final dessa primeira parte do relato no qual se torna um personagem de si mesmo, esteja a expor, conscientemente ou não, a força e o efeito terapêutico (sublimação psicanalítica) que atribui à “produção de reminiscências”, processo que parece ser capaz de auxiliá-lo na superação da dor e na elaboração das perdas. A exteriorização, por intermédio da escrita, dos ressentimentos guardados pelo autor seria, de acordo com esse raciocínio, um ato de liberação de sua parte.

As ideias de Pierre Ansart<sup>54</sup> acerca do ressentimento parecem autorizar essa

interpretação. O ensaísta cita Nietzsche, que elabora o conceito de ressentimento pelo cruzamento de três abordagens complementares: a histórica, a psicológica e a sociopolítica. Historicamente, explica Ansart, “o ressentimento seria o resultado longínquo de um conflito, de uma ação conduzida, no início da nossa era, pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas”, os quais “possuíam o privilégio de poder exprimir livremente e realizar sua vontade de poder no exercício de sua dominação”. Várias “configurações idênticas” dessa guerra civil, que posteriormente se foram sucedendo no decorrer da história, também são evocadas pelo filósofo alemão. Segundo Ansart, nessa longa história, Nietzsche

retém sobretudo a história dos sentimentos e, essencialmente, a história do ódio. Porém não é a história deste ódio direto e assumido que Nietzsche descreve, mas, ao contrário, a de sua interiorização e denegação. O ponto central de sua denúncia designa e analisa o trabalho psicológico através do qual o ódio foi ao mesmo tempo interiorizado e recalado pelos inferiores, denegado por aquilo que representa e metamorfoseado em valor positivo: a inferioridade transformada em humildade resignada, a fraqueza disfarçada em amor da justiça, o ódio “recalado [...] transformado eventualmente, em ódio de si mesmo”<sup>55</sup>.

Por outro lado, acrescenta Ansart<sup>56</sup>, Nietzsche apresenta o ressentimento assim compreendido como uma “verdadeira configuração psíquica e cultural, um

*habitus* próprio à civilização judaico-cristã, a sua pretensa moral”, cujas consequências sociais e políticas seriam “múltiplas e socialmente decisivas”. Após proceder a essa síntese do pensamento do filósofo alemão, Ansart chama a atenção para o fato de que as descrições de Nietzsche são “hesitantes”, pois “insistem ora na ruminação, na incapacidade do indivíduo de manifestar seu ressentimento, ora na extensão dos signos, dos sintomas e das manifestações abertas ou desviadas dos ressentimentos”. Desse modo, o ensaísta conclui que “difícilmente se pode aceitar a hipótese de que um sentimento, do qual sublinhamos a intensidade e a força, não tenha consequências nem manifestações nas condutas dos indivíduos”. Portanto, o “ódio recalado” ao qual Nietzsche se refere “é dinâmico, indissociável de certas aspirações, particularmente dos desejos de vingança”<sup>57</sup>.

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

<sup>1</sup> Esse texto foi concluído em novembro de 2011 e teve seu início em 2003 em uma das disciplinas do doutoramento na PUCRS ministrada pelo Prof. Dr. Rui Cunha Martins da Universidade de Coimbra, estando associado à pesquisa que resultou na tese de doutoramento intitulada GAGLIETTI, Mauro. *Os discursos de Dyonelio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005 e, também, serviu de parâmetro para a estruturação da obra publicada dois anos depois pelo IEL e pela EDIPUCRS intitulada GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 2007.

<sup>2</sup> Todo o estudo biográfico apresenta problemas relativos à relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou, ainda, entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Segundo o autor, merecem destaque, em primeiro lugar, as incoerências existentes entre as próprias normas (e, não mais, apenas as contradições entre a norma e seu efetivo funcionamento) no seio de cada sistema social; em segundo lugar, o tipo de racionalidade atribuído aos atores quando se escreve uma biografia e, por fim, a relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem. LEVI, Giovanni. *Les usages de La biographie*. Annales. Paris (6) : 1. p. 325-336, nov./déc., 1989.

<sup>3</sup> A reflexão sobre a temporalidade requer alguns cuidados, para que a visão retrospectiva não seja tratada como um percurso orientado para um finalismo. Na década de 1980, Bourdieu fez duras críticas à “ilusão biográfica”, à linearidade atribuída às trajetórias de vida. Porém, é criticado por exaltar o papel do *habitus*, dos laços normativos, e, assim, diminuir o campo de ação da individualidade. Le Goff, por sua vez, afirma que a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de se fazer história. Buarque de Holanda adverte que o mais sério desafio é trabalhar, ao mesmo tempo, com a cronologia linear, que parece ser “unidirecional”, e com o percurso de vida, que não é linear. O problema de todo historiador que tem a biografia e a história como foco de estudo é encontrar uma forma de lidar com o contínuo e o descontínuo e, sobretudo, pensar as diferentes temporalidades em que as personagens estão mergulhadas. Ver BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191. LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.29. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Yolanda Penteado: tudo*

bem cor de rosa. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 3-11.

<sup>4</sup> As informações acerca desses dados biográficos baseiam-se na análise da vida e da obra de Dyonelio Machado que constam nos seguintes livros: NEUBARTH, F. Machado, Dyonélio Tubino. In: SOUZA, Blau (Org.) *Médicos (pr)escrevem: vidas e obras*, Porto Alegre: AGE; AMRIGS; SIMERS, 2001. p. 120-123.; BARBOSA, M. H. *A paródia em O louco do Catí*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994; GRAWUNDER, M. Z. O escritor depõe. In: MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990; ZILBERMAN, R. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982 e 1985; HOHLFELDT, A. *Dyonélio Machado*. Porto Alegre: IEL, 1987.

<sup>5</sup> MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito*: O Estadista. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

<sup>6</sup> Dyonélio acredita que a fronteira tem o poder de cruzar os caminhos dos que lá nasceram e de lá tiveram que partir, dando origem a afinidades eletivas entre os conterrâneos, as quais poderão constituir-se num futuro ponto de convergência ou aproximação desses indivíduos, como viria a ocorrer com os membros da “República do Império” (casa de estudantes que se situava no “Beco do Império”, na rua Espírito Santo, em Porto Alegre), episódio das Memórias do escritor que será comentado neste capítulo. GRAWUNDER, M. Z. O escritor depõe. In: MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990, p. 17-18.

<sup>7</sup> MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito*: O Estadista. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p.7.

<sup>8</sup> MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito*: O Estadista. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p. 84-85.

<sup>9</sup> Moysés Vellinho conheceu Dyonelio Machado no ambiente universitário, em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX. No final da década de 1920, leu a obra de estreia do escritor - *Um pobre homem* - justamente numa ocasião em que se encontrava em Quaraí, cidade natal do autor. Ver VELLINHO, Moisés. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Capitania d’El-Rey. Porto Alegre, 1944, p. 68-77.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 67

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p.68

<sup>12</sup> Idem, ibidem.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p.69.

<sup>14</sup> Dyonelio considerava que o livro era o mundo e, por isso, classificava-o como o melhor companheiro para os solitários. Nos primeiros anos do século XX, ainda em Quaraí, freqüentou a Biblioteca do Clube Comercial, entrando em contato com a literatura. Nesse período, leu Balzac (A musa do departamento), João do Rio (Momento Literário), João Francisco Lisboa (A vida do Padre Vieira), Macaulay (Lord Chatham ). Foi nessa biblioteca que recebeu de presente muitos livros então em voga, tais como Amor dos homens, do professor Paolo Mantegazza, L'art, de Auguste Rodin, Cyrano de Bergerac, de Edmond Rostand, Os Maias, de Eça de Queirós.

<sup>15</sup> BARBOSA, M. H. *A paródia em O louco do Cati*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

<sup>16</sup> O período entre 1910 a 1920 foi época de importantes acontecimentos mundiais, de revoluções políticas e culturais na Europa, mas de relativa paz e acomodação no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, onde dominava o governo Borges de Medeiros. Em 1912, Dyonelio já estava estudando em Porto Alegre, na escola de Afonso Emílio Meyer. Ali formou um grupo, com João Leopoldino Santana e Hermínio Freitas ao qual, mais tarde, agregaram-se Celestino Prunes, De Sousa Júnior e Alceu Wamosy. Constituíram, então, uma república de estudantes, cujo interesse comum era a filosofia, a arte, e, especialmente, a literatura e a música. A linha estética comum ao grupo estava centrada no Simbolismo e no Impressionismo francês, e mesclava-se com o interesse pelo Realismo e o Naturalismo. Cf. BARBOSA, M. H. S. (Org.) ; GRAWUNDER, M. Z. (Org.) . Dyonelio Machado - Cadernos Porto & Vírgula. 1. ed. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre; Secretaria Municipal da Cultura, 1995, p. XII-XXXII.

<sup>17</sup> Problemas financeiros o obrigaram a retornar à terra natal, pois o tio - que o ajudava a se manter em Porto Alegre - passou a enfrentar dificuldades em seus negócios. No período de retorno a Quaraí, Dyonelio foi diretor do jornal O Cidadão e professor no Colégio Municipal, onde lecionava sua futura esposa. O escritor e Dona Adalgiza casaram-se por procuração, em 1921, pois, ao término da guerra, ele tinha voltado para trabalhar em Porto Alegre. Nada de casamento religioso, segundo a esposa Adalgiza, pois seu pai dizia que um homem não se ajoelha diante de outro. Dois dias, e

noventa e sete quilômetros de trem, ela percorreu para encontrá-lo em Porto Alegre. Foram residir à rua do Arroio, 124, hoje General Bento Martins, quase rua da Praia, o centro vital da Capital. No ano seguinte, nasceu Cecília, a primeira dos dois filhos do casal, e o escritor, para sobreviver, passou a lecionar português para estrangeiros. Cf. BARBOSA, M. H. S. (Org.) ; GRAWUNDER, M. Z. (Org.) . Dyonelio Machado - Cadernos Porto & Vírgula. 1. ed. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre; Secretaria Municipal da Cultura, 1995, p. XIV-XV.

<sup>18</sup> Nesse diário registrou, de forma bastante detalhada, a agitação política no Rio de Janeiro, com a prisão de opositores do governo Epitácio Pessoa, dentre os quais um militar, colaborador do jornal A Informação. Esses escritos consistiam em denúncias e, principalmente, em críticas violentas, corrosivas e sistemáticas ao bernardismo, a Epitácio Pessoa, a Hercílio Luz e a Washington Luiz. Essas críticas faziam parte da luta de Dyonelio e seu grupo a favor de Nilo Peçanha para a presidência da República e de J. J. Seabra, para a vice-presidência. Os ataques eram tão contundentes que Borges de Medeiros pediu-lhes moderação. Cf. BARBOSA, M. H. S. (Org.) ; GRAWUNDER, M. Z. (Org.) . Dyonelio Machado - Cadernos Porto & Vírgula. 1. ed. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre; Secretaria Municipal da Cultura, 1995, p. XIV-XV. 80

<sup>19</sup> Tal como referido, as relações familiares na política são uma particularidade do Brasil. Ver LEAL (1975); Da MATTA (1979) e BARBOSA (1992).

<sup>20</sup> Dyonelio concebe o governo de Borges de Medeiros como a implantação de um socialismo possível nas condições em que se encontrava o Brasil no início do século XX. O escritor revela que não poderia apoiar a Revolução de 1923, porque o Dr. Assis Brasil comandava os maragatos. Tendo à frente o homem de Pedras Altas, os maragatos insurgiram-se contra um governo pequeno-burguês - o do PRR -, composto por bacharéis e pequenos proprietários. Os maragatos, de Assis Brasil, defendiam, sob a bandeira do liberalismo político, o interesse dos grandes proprietários de terra (“Terratenentes”).

<sup>21</sup> Cf. Franco, A. e Ramos, S. M. (orgs.) 1943 *Panteão médico rio-grandense; síntese cultural e histórica; progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Ramos, Franco Editores, p.527.

<sup>22</sup> Dyonelio Machado, segundo o professor Roberto Pinto Ribeiro, foi o primeiro tradutor das obras de Freud no Brasil e um dos primeiros a aplicar as

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

suas teorias no Rio Grande do Sul. Cf. JAGUAR, PERES, Glênio; WOLFF, Fausto. DM, Um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler). *O Pasquim*, p.18-19 Nov. 1979., p.18-19.

<sup>23</sup> MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p. 12.

<sup>24</sup> A incomunicabilidade era falha, pois a senhora da limpeza, que levava comida ao escritor, mantinha-o informado sobre os acontecimentos veiculados nos jornais e, assim, ele tomou conhecimento da publicação de sua obra. Ver JAGUAR, PERES, Glênio; WOLFF, Fausto. DM, Um grande escritor brasileiro (para quem teve a sorte de ler). *O Pasquim*, p.18-19 Nov. 1979., p.18-19.

<sup>25</sup> O Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), ocorrido em São Paulo, em janeiro de 1945, pode ser tomado como exemplo das alianças entre intelectuais que lutavam contra a ditadura Vargas. Os discursos ali proferidos segundo Berenice Cavalcante (1986) apontava para os seguintes aspectos: a identificação do fascismo não apenas com o cerceamento das liberdades, mas, também, com a hipertrofia do Estado que passa a dirigir a ciência, as artes e a literatura; o reconhecimento do povo, ao mesmo tempo, como sustentáculo e vítima do fascismo. Nos referidos discursos, a democracia é apresentada como pré-condição para a resolução da questão social; o povo brasileiro, sem instrução, analfabeto, inculto e ignorante, é considerado privado da possibilidade de construir uma visão crítica sobre os problemas da nação e acaba por ser visto como empecilho ao progresso e, ao mesmo tempo, como vítima fácil dos mistificadores. A pobreza assume, assim, a feição de categoria política, já que é resultado da dominação. Essa situação só pode ser eliminada, na opinião dos participantes do Congresso, por meio da reconstrução da ordem democrática e da educação. O trabalho intelectual, tal como as ações do povo, sofria com a repressão de que era objeto. Entretanto, cabia aos intelectuais o papel de educadores. O autor deste trabalho de doutorado entrevistou Décio Freitas no início de 1995. Na oportunidade o entrevistado relatou que quando o Partido Comunista alcançou a legalidade, Dyonélio Machado e ele fundaram, por orientação do partido, a Tribuna Gaúcha, único diário de esquerda da história do Rio Grande do Sul, cuja sede ficava na Rua da Ladeira, hoje General Câmara. Cf. BARBOSA, M. H. S. (Org.) ; GRAWUNDER, M. Z. (Org.) . Dyonélio Machado - Cadernos Porto & Vírgula. 1. ed. Porto Alegre:

Unidade Editorial Porto Alegre; Secretaria Municipal da Cultura, 1995. v. 1, p.58 (apud FREITAS).

<sup>26</sup> FREUD, Lembranças encobridoras (1899). In: \_\_\_\_\_. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. III, p. 269-287. Edição Standard Brasileira., p. 277.

<sup>27</sup> Cf. ANSART, Pierre. "História e memória dos ressentimentos". In: BRESCIANI, Maria Stella & Naxara, Márcia (orgs.). *Memória(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 15-36.

<sup>28</sup> Cf. BERGSON, H. *Oeuvres*. Édition du Centenaire. Paris: PUF, 1959, p.913.

<sup>29</sup> Cf. BERGSON, H. *Oeuvres*. Édition du Centenaire. Paris: PUF, 1959, p. 281-283.

<sup>30</sup> As observações do autor a propósito da natureza e das funções da memória só podem ser avaliadas com a devida justeza quando postas em relação com o contexto da sua obra filosófica, em que se interpenetram e se iluminam mutuamente os conceitos de “memória”, “tempo”, “devir”, “élan vital”, “energia”. Não cabe desenvolvê-los no âmbito deste trabalho - cujo alvo específico é a análise das *Memórias* de Dyonélio Machado - que adota como parâmetro a existência de um estofamento social da memória, tomado em si, independentemente do conceito filosófico mais geral que se possa ter da atividade mnêmica. Assim, o que interessa na obra de Bergson é a rica fenomenologia da lembrança aí presente, bem como uma série de distinções de caráter analítico, extremamente sugestivas e cuja adequação se pode comprovar ao longo deste capítulo. Ver a obra MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990, p. 132 e, também, o livro de BERGSON, H. *Oeuvres*. Édition du Centenaire. Paris: PUF, 1959 p.81-183. 86

<sup>31</sup> A percepção e, ainda mais profundamente, a consciência derivam de um processo inibidor realizado no centro do sistema nervoso, por meio do qual o estímulo não conduz à ação. Esse processo depende, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente. Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

<sup>32</sup> BERGSON, H. *Oeuvres*. Édition du Centenaire. Paris: PUF, 1959, p.223.

## A mediação da memória no trânsito do tempo em Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti

<sup>33</sup> Idem, ibidem, p. 183.

<sup>34</sup> Como enfrentar o problema da vida psicológica já atualizada se, em termos de percepção pura, só existe o presente do corpo, ou, a imagem aqui e agora do corpo? Bergson (1959) vai opor vigorosamente a percepção atual àquilo que, logo adiante, chamará de lembrança. BOSI (1994) assinala que esse ponto será o ponto crucial das objeções que lhe serão feitas pela psicologia social de Maurice Halbwachs: para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson está centrado no princípio da diferença. De um lado, a percepção-ideia, nascida no coração de um presente corporal contínuo, de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios. Essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo da obra de Bergson, que já traz no título o selo da diferença: matéria/memória. Ver BERGSON, H. *Oeuvres*. Édition du Centenaire. Paris: PUF, 1959, e, também, BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994 e, sobretudo, a obra HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

<sup>35</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>36</sup> A psicanalista Nancy Chodorow - analista bastante ortodoxa, seguidora de Melanie Klein -, Hans Loewald e D.W. Winnicott possuem uma concepção fortemente pautada na “vida íntima”, situada no fundo do inconsciente, que atesta uma existência para além do cultural e do biológico. Chodorow afirma que existe “um terceiro campo” que não pode ser efetivamente entendido com referência aos enredos culturais e às associações que estes evocam ou a cenas culturais associadas com determinadas emoções. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 185.

<sup>37</sup> DAMÁSIO, ANTÓNIO R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>38</sup> LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. -B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>39</sup> MACHADO, Dyonélio. *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p.133.

<sup>40</sup> Para a obra *Os ratos*, de Dyonélio Machado, o leitor poderia supor uma inspiração social, um ponto de partida ligado à observação de uma realidade local, à denúncia da condição econômica da pequena burguesia gaúcha, mas se depara, ao contrário, com uma cena familiar, que não é com certeza uma “cena primitiva” ou “originária” no sentido freudiano, mas que encerra alguns elementos dignos de reflexões e explicitamente inquietantes. Dyonelio relata que ficou durante dez anos com um sonho de sua mãe na cabeça (a família do escritor passou, ao longo da vida, por muitas necessidades financeiras), no qual um rato roía o dinheiro deixado na mesa para pagar o leiteiro. Trata-se, com efeito de uma irrisória preocupação materna que, contudo, provocava uma “emoção enorme” no filho e se avolumou num “drama” que continuou a ser mentalmente revolvido e imaginariamente representado, durante nove ou dez anos, até sua explicitação compulsiva (o romance foi escrito em vinte noites), até, melhor, sua sublimação artística numa moldura narrativa. Cf. FINAZZI-AGRÒ, E. . Raten/ratten. A cidade obsessiva em OS RATOS. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras Cruzadas*, Porto Alegre/RS, p. 107-116, 2000.

<sup>41</sup> DOSSE, François. *A História em migalhas*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p.287.

<sup>42</sup> FREUD, Sigmund. De La technique psychanalytique. Paris: PUF, 1953, p.105-115.

<sup>43</sup> FREUD, S. (1915). O Recalque. In: FREUD, S. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 175-193.

<sup>44</sup> Op. cit., p.28.

<sup>45</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>46</sup> Op. Cit.

<sup>47</sup> Op. cit, p.30.

<sup>49</sup> Op. Cit., p.29.

<sup>50</sup> F. Nietzsche, *Genealogia della morale*, a cura di F. Masini, Roma, Newton & Compton, 1992, pp.57-58.

Veja M. Scheler, *Il formalismo nell’etica e l’etica materiale dei valori*, a cura di G. Caronello, Torino, S.Paolo, 1996, p.310. Ver, também, Max Scheler, *L’homme du ressentiment*, Paris, Gallimard, 1970, p.13.

<sup>51</sup> VECCHI, Roberto. Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras cruzadas; diálogos*

---

da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 85-88. .

<sup>52</sup>NIETZSCHE,. *Par-delà bien et mal*. Paris: Gallimard, 1971, p. 51-62.

<sup>53</sup> CANCELLI, Elizabeth . *A cultura do crime e da lei*. 01. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. v. 01. p. 471-490.

<sup>54</sup> Op. cit., , p. 16)

<sup>55</sup> Op. cit., p.17.

<sup>56</sup> Idem, ibidem.

<sup>57</sup> Idem, ibidem, p. 21.